



CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL

L100
23/08/00

PDL 370/2000 da da Plenár.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº
(Do Sr. Deputado GIM ARGELLO - PMDB)

Ao Protocolo Legislativo para registro e, em seguida,

à CCJ,

Em 28/08/00.


Itamar Pinheiro Lima
Chefe da Assessoria de Plenár.

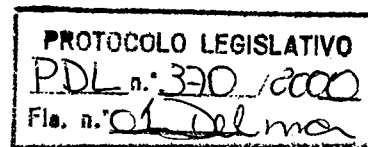
**Concede o Título de Cidadão
Honorário de Brasília ao
Excelentíssimo Senhor Ministro
ADHEMAR PALADINI GHISI.**

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Excelentíssimo Senhor Ministro ADHEMAR PALADINI GHISI.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO



O presente Projeto de Decreto Legislativo tem por objetivo conceder ao Excelentíssimo Senhor Ministro ADHEMAR PALADINI GHISI o Título de Cidadão Honorário de Brasília.

Nascido em 21 de dezembro de 1930, na então Vila de Braço do Norte, Município de Tubarão – SC, o agraciado é filho de Atilio Ghisi e Hermínia Paladini Ghisi.



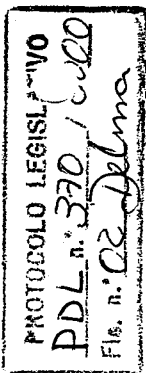
CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, o Ministro Adhemar Ghisi teve profícua atuação no exercício da advocacia em seu estado natal.

Exerceu intensa atividade legislativa a partir de 1959, quando foi eleito deputado estadual pela UDN de Santa Catarina, tendo sido reeleito em 1963. Eleito Deputado Estadual por cinco legislaturas, foi guindado à condição de Ministro do Tribunal de Contas da União por escolha de seus pares na Câmara dos Deputados em 06 de março de 1985.

Ocupou relevantes funções no âmbito legislativo, tais como: Presidente da Comissão de Educação e Cultura da Assembléia Legislativa de Santa Catarina; Vice-Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito que apurou denúncias de corrupção praticada por entidades estrangeiras nos Sindicatos Brasileiros, em 1968; Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito que apurou as causas da venda da Fábrica de Motores (FNM), em 1968; Autor e Sub-Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito que procedeu a um amplo levantamento acerca do Sistema Penitenciário Brasileiro – 1975; e, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou as altas taxas de juros do Sistema Financeiro, em 1981.

Foi agraciado com diversas comendas, entre as quais destacam-se: Grande Oficial da Ordem do Mérito Rio Branco, do Ministério das Relações Exteriores, em 1980; Grande Oficial da Ordem do Mérito Ipiranga, do Estado de São Paulo, em 1981; Grande Oficial da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, do Tribunal Superior do Trabalho, em 1982; Grande Oficial da Ordem do Mérito Aeronáutico, do Ministério da Aeronáutica, em 23/10/84; Grande Oficial da Ordem do Mérito das Forças Armadas, do Estado Maior das Forças Armadas, em 1987; Grã-Gruz da Ordem do Mérito Judiciário Militar, outorgada pelo Superior Tribunal Militar, em 1º de abril de 1992;



4



CÂMARA LEGISLATIVA
DO DISTRITO FEDERAL

Teve marcante atuação no desempenho de suas atividades no Tribunal de Contas da União, entre as quais destacam-se: Presidente do Tribunal de Contas da União, eleito a 6 de dezembro de 1989 e empossado a 15 do mesmo mês e ano, para o ano civil de 1990; Presidente do Tribunal de Contas da União, reeleito em 12 de dezembro de 1990, e empossado a 14 do mesmo mês e ano, para o ano civil de 1991; Signatário e representante, como Presidente do Tribunal de Contas da União, da República Federativa do Brasil, no "Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Cultural" entre esse Tribunal e o Tribunal de Contas de Portugal, para o Estabelecimento de um Programa Cooperativo na Área de Controle Externo da Administração Financeira, Orçamentária, Patrimonial e Operacional, na cidade de Lisboa, no dia 28 de outubro de 1991; Membro da Comissão de Jurisprudência do Tribunal de Contas da União, e seu Presidente, designado pela Portaria nº 217, de 05 de maio de 1995; Decano do Tribunal de Contas da União, a partir de 16 de abril de 1998; e, Presidente da 2ª Câmara do Tribunal de Contas da União, a partir de 16 de abril de 1998, na condição de Decano da Corte.

Pelo exposto, solicito aos nobres pares a acolhida da presente proposição, concedendo o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Excelentíssimo Senhor Ministro ADHEMAR PALADINIGHISI.

Sala das Sessões, em agosto de 2000.

GIM ARGELLO
Deputado Distrital

